

# HCC PPP MS01

## Seinfra SPE S/A

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 24CK1-017-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404  
Petrópolis - Porto Alegre (RS) Brasil  
T +55 51 3500-8473  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Diretores da  
**HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.**  
Campo Grande – MS

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A. – (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as respectivas demonstrações do resultado dos exercícios, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 07 de dezembro de 2022, motivo pelo qual não demonstra os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de dezembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC RS-006.086/F-0



Romeu Sabino da Silva  
Contador CRC 1RS-071.263/O-0

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	19	1.758
Outas contas a receber	-	4	-
Receita diferida	-	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>23</b>	<b>1.758</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Partes relacionadas	9	1.600	-
Imobilizado	10	5.082	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.682</b>	<b>-</b>
<b>Total ativo</b>		<b>6.705</b>	<b>1.758</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2023	2022
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	11	58	-
Obrigações tributárias	12	-	95
Outras contas a pagar	13	4.324	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.382</b>	<b>95</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	3.925	3.214
Prejuízo acumulado	14	(1.602)	(1.551)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.323</b>	<b>1.663</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.705</b>	<b>1.758</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.

Demonstrações do resultado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
<b>Receitas/despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	15	(41)	(1.551)
<b>Total</b>		<b>(41)</b>	<b>(1.551)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(41)</b>	<b>(1.551)</b>
Despesa financeira	16	(10)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(10)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(51)</b>	<b>(1.551)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(51)</b>	<b>(1.551)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(51)</b>	<b>(1.551)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Capital Social		
<b>Saldo em 1º de novembro de 2022</b>	-	-	-	-	-
Subscrição e integralização de capital em 25 de novembro de 2022	16.072	(12.858)	3.214	-	3.214
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.551)	(1.551)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16.072</b>	<b>(12.858)</b>	<b>3.214</b>	<b>(1.551)</b>	<b>1.663</b>
Integralização de capital	-	711	711	-	711
Prejuízo do exercício	-	-	-	(51)	(51)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>16.072</b>	<b>(12.147)</b>	<b>3.925</b>	<b>(1.602)</b>	<b>2.323</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da CSLL</b>	<b>(51)</b>	<b>(1.551)</b>
Partes relacionadas	(1.600)	-
Outras contas a receber	(4)	-
<b>(Aumento) redução nas contas do ativo</b>	<b>(1.604)</b>	<b>-</b>
Fornecedores	58	-
Impostos a recolher	(95)	95,00
Outras contas a pagar	4.324	-
<b>(Redução) aumento nas contas do passivo</b>	<b>4.287</b>	<b>95,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.632</b>	<b>(1.456)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		
Aquisições de imobilizado	(5.082)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(5.082)</b>	<b>0</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		
Integralização de capital	711	3.214
<b>Caixa líquido oriundo das atividades de financiamentos</b>	<b>711</b>	<b>3.214</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.739)</b>	<b>1.758</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.758	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19	1.758
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.739)</b>	<b>1.758</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A HCC PPP MS01 Seinfra SPE S.A. é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída em 07 de dezembro de 2022, como subsidiária integral da HCC Projetos Elétricos S.A., com o prazo de duração indeterminado correspondente até o necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

A companhia tem sua sede e foro, na Avenida Afonso Pena, nº 5723, sala 807, no município de Campo Grande – MS, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços em relação à Central de Energia Elétrica Fotovoltaica, incluídos a implantação, manutenção e operação de centrais de energia elétrica fotovoltaica, com gestão de serviços de compensação de créditos, para atender demanda enérgica das estruturas físicas da administração Pública Estadual, em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a companhia e a Secretaria de Estado e Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (SEINFRA).

O contrato celebrado com a SEINFRA, na modalidade de Concessão Administrativa, tem por objeto a implementação, manutenção e operação de centrais de energia elétrica fotovoltaica, com a gestão dos serviços de compensação de créditos, para atender à demanda energética das estruturas físicas da Entidade.

A demanda total calculada para o projeto é de 25.983.220 KWh/ano, a ser atendida ao longo de toda a vigência do contrato de concessão ao longo de 23 anos. O prazo do contrato poderá ser prorrogado, conforme os requisitos estabelecidos nas cláusulas contratuais, e os reajustes ocorrerão anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), a partir do primeiro reajuste realizado após o início do Período de Operação.

Os bens reversíveis do contrato incluem todos os equipamentos diretamente ligados à execução do objeto contratual, os quais, ao término da concessão, deverão reverter ao Poder Concedente. Durante a vigência do contrato, os reinvestimentos estarão voltados à manutenção da central fotovoltaica, com a troca de placas solares, inversores e outros componentes necessários ao seu funcionamento adequado. Está prevista a substituição dos equipamentos no 10º ano de operação, conforme as necessidades do projeto.

A Companhia ao longo de 2023, ainda se encontrava em fase pré-operacional com os investimentos para a construção dos seus ativos, em estruturação pelos controladores e por conta disso, não registrou faturamento, assim como não possuía ativos estruturados. Ressalta-se ainda que, este modelo de operação não prevê contratação direta de funcionários.

## 2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a partir a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

A Companhia necessita de recursos financeiros para cumprir suas obrigações previstas a partir da data de aprovação destas demonstrações financeiras. Em conexão com a avaliação de continuidade operacional da Companhia considerando o CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras, a administração determinou que a Companhia tem acesso aos recursos financeiros de sua controladora que são suficientes para financiar as necessidades de capital de giro até o início das operações, quando então a Companhia terá capital de giro suficiente, ou por um período de um ano a partir da aprovação destas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de dezembro de 2024.

### **3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado o contrário.

### **4. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

### **5. Uso de estimativas e julgamentos**

Na elaboração das demonstrações financeiras, foi necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente.

## 6. Pronunciamentos contábeis recentes

A Administração não acredita que qualquer norma contábil, recentemente emitida, mas não efetiva, se atualmente adotada, teria um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 7. Principais políticas contábeis

### a) Instrumentos financeiros e derivativos

#### Instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros classificados no nível 1, 2 e 3 de hierarquia, e a classificação dos seus ativos e passivos correspondem ao custo amortizado.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2023 e 2022, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

### c) Outras contas receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

### d) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### **e) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **f) Provisões para contingências**

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. Entretanto, a Companhia não possui nenhum processo judicial em andamento. Consequentemente, não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

#### **g) Capital social**

As cotas são classificadas no patrimônio líquido.

#### **h) Receitas**

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: **(i)** os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e

**(v)** o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

#### **i) Despesas**

O resultado das operações (despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

#### **j) Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- contratos onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- referência à estrutura conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- classificação do passivo em circulante ou não circulante: (alterações ao CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de Seguros: a partir de 1º de janeiro de 2023.

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades	2023	2022
Conta corrente	18	1.758
Aplicações financeiras	1	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>1.757</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 9. Partes relacionadas

São demonstrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das transações com partes relacionadas conforme a seguir:

### Saldos com partes relacionadas - ativo

Parte relacionada	Natureza	2023	2022
HCC Projetos Elétricos S.A.	Mútuo	1.600	-
<b>Total</b>		<b>1.600</b>	<b>-</b>

Conforme contrato realizado entre as partes, ficou acordado que mensalmente serão depositados valores em suas contas correntes, visando a formação de um caixa único entre elas, com o objetivo de simplificar as relações comerciais e a administração conjunta. Ressalta-se que o contrato vigorará por prazo indeterminado, podendo ser resiliado por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de trinta dias, e que não houve acordo quanto a cobrança de juros e demais taxas administrativas.

### 9.1. Remuneração do pessoal-chave

Não houve remuneração dos Diretores no exercício de 2023 e 2022.

## 10. Imobilizado

	Terrenos	Construção em andamento	Total
<b>Custo</b>			
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	-	-	-
Adições	5.034	48	<b>5.082</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.034</b>	<b>48</b>	<b>5.082</b>

Em 2023 a companhia realizou aquisição de quatro terrenos localizados no estado de Mato Grosso do Sul, ficando o saldo a pagar em 2024 conforme descrito na Nota Explicativa nº 13 - Contas a pagar.

Os terrenos serão utilizados para a construção da central de energia elétrica solar fotovoltaica, conforme descrito no Contrato de Concessão Administrativa firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 07 de fevereiro de 2023.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Fornecedores

Fornecedores	2023	2022
Fornecedores nacionais	58	-
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>-</b>

### 12. Obrigações tributárias

Obrigações tributárias	2023	2022
IRRF a recolher	-	24
CSLL a recolher	-	15
PIS a recolher	-	10
Cofins a recolher	-	46
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>95</b>

### 13. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o saldo a pagar referente aquisição de dois terrenos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 – Imobilizado.

Demais obrigações	2023	2022
Contas a pagar	4.324	-
<b>Total</b>	<b>4.324</b>	<b>-</b>

Em 03 de novembro de 2023 foi adquirido dois terrenos no montante de R\$ 1.201 (dois milhões, duzentos e um mil de reais), localizado no município de Rochedo – MS e Corguinho – MS, sendo o montante a pagar de R\$ 1.001, que foi quitado no dia 07 de fevereiro de 2024.

Em 06 de novembro de 2023 foi adquirido um terreno no valor de R\$ 825 (oitocentos e vinte e cinco mil de reais), situado no município de Iguatemi – MS, sendo o montante a pagar de R\$ 795 mil (setecentos e noventa cinco mil de reais) no decorrer de 2024.

Em 09 de novembro de 2023 foi adquirido um terreno no valor de R\$ 900 mil (novecentos mil de reais), situado no município de Mundo Novo – MS, sendo o montante a pagar de R\$ 870 mil (oitocentos e setenta mil de reais) no decorrer de 2024.

Em 21 de dezembro de 2023 foi adquirido um terreno no valor de R\$ 2.108 (dois milhões, cento e oito mil de reais), situado no município de Nova Andradina – MS, sendo o montante a pagar de R\$ 1.658 (um milhão e seiscentos e cinquenta e oito de reais) no decorrer de 2024.

### 14. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 16.072 (R\$ 3.214 em 2022), dividido em 16.072 quotas (3.214 em 2022), no valor de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pela sócia HCC Projetos Elétricos S.A.

No decorrer do exercício de 2023, a sócia HCC integralizou o montante total de R\$ 711, mediante à subscrição de novas quotas ao valor nominal de R\$1,00 cada.

## 15. Natureza das despesas registradas na demonstração do resultado.

Os custos e despesas por natureza, estão demonstrados da seguinte maneira:

<b>Serviços com terceiros</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Serviço com terceiros	28	1.551
Despesa tributária	7	-
Despesa com fundo de investimento	6	-
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>1.551</b>

## 16. Receitas e despesas financeiras

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Tarifas bancárias	2	-
Juros e multas	3	-
Multas de mora	5	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>-</b>

## 17. Provisão para contingência

A Sociedade não tem conhecimento, nem registrou, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, qualquer provisão para contingências, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências com avaliação de risco de perda provável ou possível.

## 18. Instrumentos financeiros

### Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia vai encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

### Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade.

Os objetivos da Sociedade são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar a eficácia de custos.

## 19. Eventos subsequentes

**a)** Em 2024, a Companhia ainda estava pré-operacional, deste modo, não iniciou o seu faturamento até o presente momento. As condições de prazos foram repactuadas entre as partes de forma que, por hora, não existem riscos de aplicação de penalidades ou redução nos valores de contraprestação;

**b)** Em 31 julho de 2024, a sócia HCC integralizou o total faltante do capital social da Companhia no montante de R\$ 12.857 (doze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais), conforme aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2024.

\* \* \*